



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

TJPE
FLS. 91

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0239792-2

APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A

APELADO: MARIA EDNEIDE DA SILVA

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO BANCÁRIO NEGLIGENTE – QUITADO O EMPRÉSTIMO O BANCO NÃO ENCERROU A CONTA, CONFORME ACORDO – MANUTENÇÃO DA INSCRIÇÃO DA APELADA NO SPC - REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – APELO PROVIDO PARCIALMENTE.

DECISÃO: “Por unanimidade de votos, foi dado provimento parcial ao recurso, nos termos do voto Relator”.

DATA DO JULGAMENTO: 19 de março de 2013.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível 0239792-2, em que é Apelante BANCO DO BRASIL S/A, Apelada, MARIA EDNEIDE DA SILVA. ACORDAM Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife, 21 de março de 2013.

Des. Adalberto de Oliveira Melo

Des. Adalberto de Oliveira Melo

RELATOR

Sms.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0239792-2
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A
APELADA: MARIA EDNEIDE DA SILVA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

MARIA EDNEIDE DA SILVA, qualificada na inicial, promoveu a presente AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, Processo nº 209.2006.000874-6, em face de BANCO DO BRASIL S/A, igualmente qualificado, pelas razões a seguir expostas.

Aduz a Autora que possuía uma conta corrente com o banco demandado, com o objetivo de receber seus proventos do município que é funcionária.

Alega que utilizando-se desta conta, fez um empréstimo bancário do qual ficou inadimplente dos pagamentos das prestações, em virtude do município do qual é funcionária ter passado a depositar os vencimentos de seus servidores no Banco Bradesco.

Acontece que a demandante quitou o débito com o banco mediante acordo, mesmo assim, teve seu nome lançado nos órgãos de proteção ao crédito.

O Réu apresentou contestação, alegando a não praticou nenhum ato ilícito com a Autora, não constando nos autos o suposto

88
88

pedido (por escrito) para o encerramento da conta, informando que a Autora teria de ter quitado todo o saldo devedor, tanto na conta como no empréstimo, inclusive nos lançamentos de juros e taxas, além de entregar o cartão de movimentação bancária e talonário de cheques e, não havendo o cancelamento da conta é patente que foram lançados o valor referente a tarifas bancárias o que objetivou na manutenção das restrições creditícias em nome da Autora.

Realizada audiência de tentativa de conciliação, a qual restou frustrada. Posteriormente, foi realizada audiência de instrução e julgamento (fls. 36, 44 e 45), respectivamente.

O Juiz "a quo", julgou procedente o pedido, condenando a Ré a pagar, a título de danos morais, o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), oficiando-se o órgão de restrição ao crédito, caso ainda esteja o nome da autora indevidamente inscrito.

Inconformado, o banco/demandado interpôs recurso de apelação (fls. 61/70, requerendo a reforma da sentença, ora recorrida, para afastar a condenação imputada a recorrente, por total ausência de dano moral ou ato ilícito praticado pela instituição bancária, extinguindo o feito com resolução do mérito e, caso a Câmara manter o suposto dano moral requer a modificação da sentença em relação ao *quantum* indenizatório.

Contrarrazões (fls. 73/76), requerendo o improvimento do recurso.

É o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 29 de agosto de 2012.

Des. Adalberto de Oliveira Melo
Des. Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR

S/rjmp.



a/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0239792-2
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A
APELADA: MARIA EDNEIDE DA SILVA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Trata os autos de Ação de Indenização por danos morais, promovida por MARIA EDNEIDE DA SILVA em face do BANCO DO BRASIL S/A, devidamente qualificados na inicial.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Sendo a autora funcionária da Prefeitura de Barra de Gaubiraba/PE, era cliente do Banco Apelante, vez que a citada Prefeitura firmou convênio com essa Instituição financeira para pagamento da sua folha funcional. Tendo a demandante contratado um empréstimo.

Ocorre que tal convênio foi cancelado e firmado um novo com o Banco Bradesco. Assim, afirma a autora, que por tal fato começou a pagar o citado empréstimo em atraso. Destarte, não cumprindo com o pagamento das parcelas do empréstimo nas datas acordadas.

A apelada não cita a data em que foi efetuado o empréstimo, entretanto, denota-se do documento juntado às fs. 10, que em 06/06/2005 ela já se encontrava em mora.

A carta de acordo proposto pelo Banco credor, fs. 07, foi emitido em 09/08/2005. o qual foi aceito pela autora e quitado em 19/09/2005 (DOC. Fs.09). Conclui-se, pois, que a demandante deu causa a inscrição do seu nome no SPC.

M

92
✓

Na carta/acordo acima citada, consta no item 8: “...fica o devedor notificado quanto ao bloqueio da conta até o cumprimento integral do acordo, momento em que será procedido o encerramento da referida conta”... De tal assertiva, conclui-se, que após o pagamento do acordo proposto a conta seria, automaticamente, encerrada. O que não ocorreu, pois o banco continuou a cobrar taxas de serviços e não determinou que o SPC retirasse a restrição que havia em nome da autora.

Em consulta efetuada em 17/10/2006, fs. 10, o nome da autora continuava com restrição, o que comprova que mesmo tendo quitando a dívida, na forma proposta pelo credor, o nome da apelante continuou com restrição, o que torna a ré responsável pelos danos morais causados a apelada, fato provado com os depoimentos constantes às fs. 44/45.

Comprovado, pois o nexso causal e o dano sofrido pela autora – constrangimento sem razão, danos a personalidade e dignidade da pessoa, o que é refutado por nossa Carta magna no seu art. 5º, inciso X, é cabível a indenização por danos morais.

Entendo, entretanto, que a pena deve ser aplicada para desestimular tais atitudes, atendendo os princípios da razoabilidade e da moderação, destarte, reduzo o valor à título de Indenização por danos morais para R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e condeno o Agravante ao pagamento de custas processuais e honorários sucumbências à base de 20% sobre o valor da condenação.

Isto posto, dou provimento parcial ao recurso.

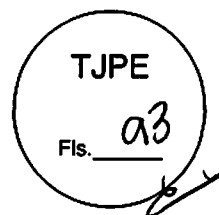
É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Relator

Sms.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO 874-40.2006.8.17.0320 (239792-2)

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A
APELADA: MARIA EDNEIDE DA SILVA

V O T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de apelo interposto contra sentença (fl. 56/58) que julgou procedente Ação Ordinária de Indenização por Danos Morais, condenando a instituição financeira ao pagamento de indenização arbitrada em R\$8.000,00 (oito mil reais), sem fixar o termo inicial dos juros e correção monetária, além dos honorários advocatícios de sucumbência. Como fato gerador do dano, a Apelada alegou que teria sido inscrita indevidamente no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC por empréstimo quitado.

Em suas razões recursais (fls. 61/70), a Apelante requer a reforma da sentença, pois em que pese o adimplemento do acordo referente ao empréstimo, a conta corrente mantida junto àquela instituição financeira não teria sido encerrada pela parte adversa, gerando o débito de tarifas e encargos que motivaram a inscrição no cadastro restritivo.

Sustenta, portanto, a inoccorrência de danos morais, pugnando pela exclusão da respectiva indenização ou, alternativamente, por sua redução.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Contrarrazões de apelo (fls. 73/76), nas quais a Recorrida requer seja mantida a sentença *in totum*, destacando a obrigação não cumprida pelo Banco em dar baixa na conta corrente e no cadastro negativo após a quitação do empréstimo.

Sucintamente exposta a controvérsia, passo a decidir.

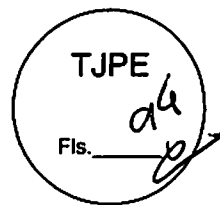
O mérito recursal diz respeito à ocorrência ou não de dano moral em desfavor da Apelada, pela inclusão de seu nome em cadastro restritivo de crédito (fls. 10) por suposta dívida no valor de R\$599,76 (quinhentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos), de responsabilidade do Apelante.

Compulsando os autos, vejo que a Apelada recebeu proposta de acordo (fls. 07/08) na qual a instituição financeira ora recorrente propunha a quitação, com desconto, de débitos oriundos de empréstimo e de tarifas de conta corrente, pelo valor de R\$360,00 (trezentos e sessenta reais), a qual foi aceita e paga pela Recorrida em 19.09.2005 (cf. comprovante de fls. 09).

No referido termo, constava a informação de que "caso o presente acordo contemple a renegociação de saldo devedor em conta corrente, fica o devedor notificado quanto ao bloqueio da conta até o cumprimento integral do acordo, momento em que será procedido o encerramento da referida conta", sendo esta a situação ocorrida no processo ora em análise, não havendo sequer questionamento do Banco acerca do adimplemento do acordo.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Destarte, diante do não encerramento da conta corrente, todos os débitos subsequentes não possuíam lastro válido, afigurando-se ilegítima a inscrição do nome da Apelada no SPC.

Como é cediço, o dano moral decorrente de inscrição indevida em cadastro restritivo de crédito se dá *in re ipsa*, ou seja, não precisa ser provado, decorrendo da simples conduta irregular.

Assim, resta evidente o preenchimento dos requisitos necessários à configuração da responsabilidade civil: (i) a conduta do Apelante (negativação indevida); (ii) o dano; e (iii) o nexo causal (o dano decorreu diretamente da conduta).

O valor da indenização deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, produzindo no agente do ilícito impacto suficiente para dissuadi-lo de igual procedimento, forçando-o a adotar uma cautela maior em situações como a descrita nestes autos.

Sendo assim, levando-se em conta os princípios que orientam a reparação do dano moral, como a situação econômica das partes envolvidas, a gravidade do dano causado e o triplice escopo da reparação - satisfativo, punitivo e pedagógico -, sem desbordar de prudentes limites, nem ensejar enriquecimento desmotivado ao Apelado, afigura-se exacerbado o *quantum* indenizatório arbitrado no primeiro grau, razão pela qual o reduzo para R\$4.000,00 (quatro mil reais).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Por fim, observo dos autos que o juízo de primeiro grau não fixou os honorários advocatícios e, muito embora não tenha sido levantada tal matéria em Embargos Declaratórios, tampouco nas contrarrazões do recurso, entendo por bem apreciá-la, por se tratar de matéria de ordem pública.

Isto porque os honorários advocatícios de há muito vêm sendo considerados como matéria desnecessária de constar no pedido inicial, por ser de ordem pública. Este entendimento, inicialmente doutrinário, depois adotado pela jurisprudência, conduz à certeza de que, até mesmo em caso de omissão, seja da sentença, seja do próprio pedido na inicial ou no apelo, possa ser fixado pelo tribunal, mesmo que sua disposição importe em pronunciamento *ex officio*.

Isto posto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO**, reduzindo o valor da indenização por danos morais para R\$4.000,00 (quatro mil reais), e condeno de ofício o Apelante em custas e honorários advocatícios, estes em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, com o termo de incidência dos juros moratórios a partir do evento danoso (Súmula 54/STJ), e correção monetária da data da sentença.

É como voto.

Recife,

11/03/23
[Assinatura]
Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Revisor